



DECISÃO AD REFERENDUM

PROCESSO: 00058.045462/2018-28

INTERESSADO: AEROTRI AEROFOTOGRAMETRIA E CARTOGRAFIA LTDA ME

Renovação da Autorização
Operacional.
Serviço aéreo público
especializado.
Requisitos técnicos
atendidos.

1. DO OBJETIVO

1.1. Apreciar *ad referendum* pedido de autorização para operar serviço de serviço aéreo especializado, apresentado pela sociedade empresária AEROTRI AEROFOTOGRAMETRIA E CARTOGRAFIA LTDA.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe ser competência privativa da União a exploração do espaço aéreo. Contudo, prevê a possibilidade de delegação dessa atividade mediante concessão, permissão e/ou autorização. Com o advento da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, a União conferiu competência à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para regular e fiscalizar as atividades de aviação civil, e desse modo, nos termos do artigo 8º do aludido diploma legal, para conceder, permitir e/ou autorizar a exploração dos serviços aéreos.

2.2. Conforme preconiza o art. 180 do Código Brasileiro de Aeronáutica, a exploração de serviços aéreos requer a expedição da competente autorização para operar. De acordo com o Artigo 13 da Resolução nº 377/2016/ANAC, a autorização para operar terá validade de até 5 (cinco) anos, contados a partir da data da publicação do ato de outorga, podendo ser renovada, no todo ou em parte, em função do cumprimento do objetivo social relacionado às atividades aéreas e das demais leis e normas infralegais aplicáveis. Ainda, o artigo 16 da mesma Resolução estabeleceu que a solicitação de outorga para explorar serviços aéreos públicos, bem como suas renovações, deve ser realizada na forma estabelecida pela ANAC.

2.3. A regulamentação para o pedido de outorga foi estabelecida pela Portaria nº 616/SAS, de 16 de março 2016, tendo os requisitos necessários sido objeto de verificação nos presentes autos, conforme consta do Parecer nº 808/2018/GTOS/GEAM/SAS, de 28/12/2018 (2539336).

2.4. Ressalta-se, ademais, que a Proposta de Ato (2539416) já contempla o novo modelo para a autorização de exploração de serviços aéreos públicos aprovado no processo administrativo nº 00058.006276/2018-73, que prevê que a autorização a ser outorgada deve indicar a exploração de serviços aéreos públicos, conforme modalidades e atividades previstas nas especificações operativas da requerente.

3. ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS FATOS

3.1. Trata-se de pedido de renovação de autorização para explorar serviço aéreo público especializado, apresentado pela sociedade empresária AEROTRI AEROFOTOGRAMETRIA E CARTOGRAFIA LTDA em 13/12/2018 (2517509). Em razão do vencimento da autorização para operar previamente outorgada (2540157), o requerimento foi processado como pedido de autorização para operar.

3.2. Em 28/12/2018, a Superintendência de Acompanhamento de Serviços Aéreos, por meio do Parecer nº 808/2018/GTOS/GEAM/SAS (2539336), realizou as análises jurídica, fiscal e técnica, julgando a documentação satisfatória, conforme verificações descritas a seguir:

3.2.1. A regularidade jurídica foi demonstrada pelo requerente por meio da cópia da Discriminação dos sócios diretos e indiretos da empresa aérea (Página 3 do Doc. 2517509), Cópia dos atos constitutivos (Páginas 5-13 do Docs. 2517509 e 2539324) e do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ (2539316), contudo, em razão do advento da Medida Provisória nº 863/2018, que eliminou a restrição à participação de estrangeiros na constituição do capital social e, com esteio no disposto no art. 2º da Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, considerou-se desnecessária a verificação da composição societária. Da mesma forma, à luz da nova redação dada ao artigo 181 da Lei 7.565/86, confirmou-se que a sociedade possui sede e administração no país, conforme informam os atos constitutivos da requerente;

3.2.2. A regularidade fiscal foi demonstrada por meio de prova de regularidade junto à Fazenda Nacional (2539323), de Certidão de Regularidade do FGTS (2551182) e de Certidão Negativa de Débito – ANAC (2551181), todos julgados adequados e dentro dos prazos de validade; e

3.2.3. Os aspectos técnicos e operacionais foram avaliados pela Superintendência de Padrões Operacionais (SPO) e pela Superintendência de Aeronavegabilidade (SAR) (2522574 e 2531894, respectivamente), que não apontaram óbices ao deferimento do pedido de renovação de autorização para operar da Interessada.

3.3. Foi elaborada a Proposta de Ato (2539416), em 28/12/2018, contendo minuta de decisão a ser publicada.

3.4. Consta-se que o feito foi instruído com as manifestações das áreas técnicas competentes e os documentos necessários para a verificação da regularidade jurídica, técnico-operacional e fiscal, estando apto a ser submetido à deliberação do Colegiado.

3.5. Em 02/01/2019, o processo foi encaminhado a Diretoria Juliano Noman (2566324) para relatoria. Em seguida, em face da falta de previsão para realização de Reunião de Diretoria nas próximas duas semanas, foi encaminhado a esta Diretoria-Presidência para análise de conveniência e oportunidade de edição de decisão *ad referendum* da Diretoria.

4. DA DECISÃO

1. Restou consignado nos autos que a sociedade empresária demonstra estar em condições para a exploração de serviço aéreo especializado sob o ponto de vista jurídico, econômico e operacional. É o que se depreende da recomendação favorável da GTOS/SAS, exarada por meio do Parecer nº 808/2018/GTOS/GEAM/SAS (2539336), para outorgar a autorização operacional da AEROTRI AEROFOTOGRAFIA E CARTOGRAFIA LTDA ME.

2. Preconiza o art. 4º do Regulamento da ANAC, anexo ao Decreto nº 5.731, de 2006, que é de competência da Agência adotar medidas para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento da aviação civil, atuando com independência, legalidade, impessoalidade e publicidade. Nesse sentido, considerando as informações da área técnica e a urgência do pleito tendo em vista a autorização para operar dessa empresa venceu em 18/12/2018, **decido *ad referendum* do Colegiado**, nos termos no Art. 6º da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, pela aprovação da autorização para operar, por 5 (cinco) anos, para a exploração de serviço aéreo especializado, nos termos previstos nas Especificações Operativas, à sociedade empresária AEROTRI AEROFOTOGRAFIA E CARTOGRAFIA LTDA ME.

3. Determino também que a SAS comunique a presente decisão às outras superintendências interessadas. Determino ainda que, assim que possível, a matéria seja levada à apreciação do Colegiado pela Assessoria Técnica (ASTECH), para confirmação dos seus termos, na forma do art. 6º do Regimento Interno e seus parágrafos.

4. É a decisão.

JOSÉ RICARDO BOTELHO
Diretor-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, Diretor-Presidente**, em 07/01/2019, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **2573552** e o código CRC **8F5E5BD0**.

SEI nº 2573552